



HOORNAERT, Eduardo. **Origens do Cristianismo** (uma leitura crítica). Brasília: Ser, 2006. 181p.

Pedro A. Ribeiro de Oliveira\*

“Este é um livro escrito para leigos”, diz E. Hoornaert na primeira frase do seu livro, sem esclarecer se ele escreve para não clérigos ou para leitores pouco afeitos ao tema. Suspeito que o autor tinha em mente o leigo no duplo sentido, porque sua abordagem tem a intenção bem definida de “combater a leitura fundamentalista da Bíblia e dos textos cristãos” e para isso não há método melhor do que “mergulhar os textos na história” (p. 150). Diante da complexidade do tema – os dois primeiros séculos do movimento que veio a ser conhecido como cristianismo –, Hoornaert prefere perder leitores exigentes em termos acadêmicos do que o leitor e a leitora dispostos a se deixarem questionar por uma perspectiva crítica. Isso não significa, contudo, que o livro tenha baixo teor científico. Ao contrário do que poderia parecer, o autor consegue combinar o resultado de muita pesquisa com uma forma didática capaz de torná-la compreensível a qualquer pessoa com um conhecimento mediano em história e em estudos bíblicos.

O livro traz a história dos textos cristãos – canônicos ou apócrifos – ordenada por períodos de gerações (trinta anos). Assim, compreende a produção escrita entre os anos 30 e 180 – cinco gerações depois da morte de Jesus. O autor – que conhece como poucos a história do cristianismo, notadamente o cristianismo na América Latina – sabe que seus leitores precisam vencer enormes barreiras para fazerem uma leitura dialogal com o texto bíblico e receia que alguém “se sinta ofendido em sua fé”, porque à respeitabilidade do texto sagrado soma-se o peso das interpretações autorizadas pela autoridade eclesiástica (mesmo quando sua base teológica é rudimentar). Mas sabe também que “o cristianismo sempre venceu quando apelou para a inteligência e sempre retrocedeu quando deixou de

---

\* Doutor em Sociologia, professor do Mestrado em Ciências da Religião da PUC Minas e membro de Iser-Assessoria, e-mail: pedror.oliveira@uol.com.br

apelar para ela” (p. 13). Por isso, ele convida o leitor a “estabelecer, no íntimo de seu ser, uma conversa livre e gostosa com o texto”.

Conduzido por esse estilo dialogal, iniciei a leitura como um exercício de inteligência, liberdade e diálogo. Já no segundo capítulo, ao descobrir no apóstolo Paulo “o fariseu dissidente que se torna um místico” (p. 48) e por isso só se submete à autoridade do Ungido e passa a viver o tempo messiânico, convenci-me de que a leitura seria extremamente proveitosa. De fato, ao terminar o livro, senti-me no dever de fazer esta resenha para convidar mais gente a estudar esse assunto que continua tendo grande atualidade.

Muitas boas ideias podem ser extraídas do livro em questão. Uma delas, que para mim serviu de fio condutor da leitura, foi a valorização da sinagoga como estrutura organizativa. Tendo por base um conjunto de famílias, a sinagoga é antes uma instituição de socialização da Palavra de Deus, do que uma instituição destinada ao culto. Por isso mesmo ela favorece mais a atuação de “mestres” do que de “sacerdotes”. Não é por acaso que essa instituição já dura 2.500 anos. A partir dessa perspectiva, podemos ver a comunidade dos seguidores e seguidoras de Jesus de Nazaré como uma “sinagoga dissidente”, próxima à dissidência farisaica – e em permanente conflito com ela – e separada da sinagoga dos saduceus, de molde tradicionalista (p. 34-35).

Essa hipótese permite interpretar a história do cristianismo primitivo a partir das oposições entre “mestres” e “presbíteros”. Os primeiros retomam os ensinamentos contidos na memória das palavras e das práticas terapêuticas de Jesus no contexto camponês da Galileia e tratam de adaptá-lo ao contexto no qual vivem os pobres e migrantes das cidades do império romano, herdeiro da cultura grega. Já os “presbíteros” (pastores e bispos), que assumem funções de dirigentes na comunidade – pois organizam os serviços de assistência aos pobres – querem conferir às comunidades dissidentes uma identidade religiosa distinta da sinagoga judaica. É pela força dos presbíteros que o cristianismo emergirá, no final do século II, como uma nova religião na qual a memória de Jesus é percebida como a própria revelação de Deus na história humana. Em suma, o movimento de Jesus dará origem a uma nova forma de organização religiosa – a igreja cristã. E assim, estará aberto o caminho para que ela venha a se tornar, no século IV, uma instituição do império romano e, mais tarde, uma criadora de civilizações.

É claro que uma tese dessas é muito discutível. Uma discussão científica exigiria o exame acurado de suas premissas e uma análise dos dados que possam refutá-la. Mas não é isso que faz o autor, com seu estilo didático. Ele se contenta em oferecer hipóteses e chaves de interpretação para seus leitores e leitoras, calçando suas afirmações em fatos históricos que funcionam como exemplos e ilustrações de fácil compreensão. Cabe a quem o lê indagar-se se é isso mesmo ou se o contrário também poderia ser verdadeiro. Enfim, cabe a quem lê entrar em diálogo com quem escreveu. É o que queria E. Hoornaert, seguindo o mestre Paulo Freire.